

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE

Ata da reunião de 29 de julho de 2020

Nesta data, reuniu-se por convocação da presidência do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), o Conselho Estratégico de Informações da Cidade (CEIC), órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a Lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com a seguinte pauta:

Mapa da Desigualdade 2020

O presidente do Instituto Pereira Passos deu início à reunião e realizou as seguintes observações:

Paulo Cesar Amendola: Prezados membros do Conselho Estratégico de informações da cidade, essa reunião vai abordar um tema sugerido pela equipe de competentes funcionários do IPP. A reunião dará enfoque ao Mapa da Desigualdade 2020. Agradeço em nome da Prefeitura do Rio a disponibilidade da Casa Fluminense em nos apoiar no nome do ilustre palestrante Vitor Mihessen, que coordenou a pesquisa que resultou no Mapa da Desigualdade 2020. Ele é formado em economia pela UFRJ e mestre em economia pela UFF. Estudioso, também, de um tema importante para a cidade do Rio de Janeiro, a mobilidade urbana.

Vitor Mihessen: Obrigado pela apresentação e pelo convite, acompanhamos o trabalho do IPP há muito tempo e é uma honra participar desta reunião. Já fui suplente do Pedro Strozenberg e do José Marcelo Zacchi nesse Conselho. Está aqui, também, o Guilherme Braga, geógrafo que participou da construção do Mapa da Desigualdade 2020.

Guilherme Braga: Boa tarde, é um prazer participar dessa reunião. Vamos compartilhar pouco do processo de produção e coleta de dados que resultou na construção do Mapa, que olha para os 22 municípios que integram a região metropolitana do Rio de Janeiro.

Vitor Mihessen: Aqui também está a Luize Sampaio, que é da coordenação de comunicação da Casa Fluminense. Nos dividimos em 4 coordenações, eu fico com a parte de informação; o Henrique Silveira na coordenação institucional; a Larissa Amorim na coordenação de comunicação; e o Douglas Almeida na coordenação de mobilização. A importância da Luize estar aqui representando a comunicação é que é imprescindível que o Mapa seja feita tanto por quem coleta e constrói as fórmulas e os cálculos, quanto por quem preserva a essência da Casa Fluminense de fazer com que os debates alcancem um público diverso e amplo da região metropolitana.

Luize Sampaio: Boa tarde, nós, da comunicação, tivemos o cuidado de trazer os dados do Mapa de forma humanizada e acessível não só aos pesquisadores, mas também à população. Queríamos que fosse um documento que caminhasse por diferentes territórios e por diferentes pessoas.

Vitor Mihessen: Vamos fazer uma apresentação e estamos muito interessados em ouvir vocês, também. Quero agradecer ao Luis Fernando Valverde por fazer a ponte conosco e vamos chamar atenção para a construção da publicação e construção dos indicadores. São 40 indicadores divididos em 10 eixos. Nossa primeira versão do Mapa tem relação com o início da Casa, de querer falar sobre a região metropolitana e muita gente não sabia dizer que região era essa. A equipe toda é oriunda de periferias da região metropolitana.

- Trazemos um pouco sobre os desafios que encontramos para ter acesso à informação, que tem relação com a pouca transparência que o país tem com os dados de forma geral. Especialmente, no Rio de Janeiro, quando pensamos para além da capital e do trabalho do IPP.

- No contexto, olhamos para a desigualdade e concentração de renda no Brasil e mundo para chegar à sua materialização na região metropolitana. Na metodologia, há outras experiências de mapeamento que aconteceram em São Paulo, Brasília e outras cidades, capitais e regiões metropolitanas. É um instrumento de denúncia, luta e informação.

- Quero saudar a todos que estão aqui e participaram da construção desse trabalho, essa história tem muitas passagens pelo grupo que está nessa reunião e no IPP.

- A Casa Fluminense foi fundada em 2013 com a perspectiva da construção coletiva de políticas públicas, fazendo um diagnóstico da situação por meio das estatísticas e reflexões. Construímos um quadro que retrata a desigualdade e os desafios a serem enfrentados. E fazemos a Agenda Rio, um produto com propostas que buscam dar conta do que os números apresentaram.

- Para falar da desigualdade de forma pragmática fazemos os seguintes recortes: justiça econômica e distributiva; justiça racial; justiça de gênero; e justiça socioambiental. Esses quatro valores são alvos de indicadores e propostas de políticas públicas. Fizemos um trabalho em conjunto com a Universidade de Oxford, apresentamos alguns mapas lá e eles forneceram algumas visões globais, em decorrência da abrangência de seus trabalhos. Vamos buscar uma interseccionalidade e intersetorialidade dos temas.

- O Brasil possui a segunda pior concentração de renda do mundo. Todos os dias as pessoas da nossa região metropolitana saem de suas cidades para ter acesso ao mercado de trabalho, hospitais, instituições de ensino e equipamentos culturais.

Guilherme Braga: O processo de elaboração do mapa começa conosco observando os mapas anteriores que fizemos e mapas de parceiros, como São Paulo e Brasília. Consultamos o próprio IPS, feito pelo IPP, para analisarmos quais dos seus indicadores faziam sentido para serem levados à escala metropolitana. Produzimos uma enorme cesta com indicadores possíveis e olhando os eixos e valores da Agenda Rio 2030 buscamos identificar quais faziam sentido para os cruzamentos que queremos apresentar. E, com essa cesta, fomos coletar esses dados, sendo que não conseguimos vários deles. Mas já esperávamos que esse seria um problema, tanta a falta de produção dos dados quanto a falta de transparência dos dados produzidos. Com os números que conseguimos processamos essas informações, usamos dados brutos, microdados, e geramos números que fizessem sentido para uma leitura da população. Fizemos uma escuta com parceiros da Casa Fluminense e o último passo foi a construção e diagramação do mapa, para que essa publicação tenha um rigor metodológico grande, de modo que faça sentido tanto para acadêmicos quanto para o cidadão comum, que pode olhar para o mapa e identificar como seu município está inserido no contexto da região metropolitana.

Vitor Mihessen: Acho importante falar sobre o IPS, que acompanhamos e buscamos contribuir, participamos de diversas reuniões. Sempre tivemos muito interesse em divulgá-lo e o utilizamos em trabalhos nossos, em processos locais, como a agenda local de Santa Cruz. Diferente dos mapas anteriores tentamos trazer alguns indicadores intramunicipais, mas com muito conforto para a capital, que tem o IPS sendo produzido e atualizado. Mas em relação às outras cidades da região metropolitana, não há um órgão como o IPP ou uma produção similar de indicadores. E com muitos obstáculos, solicitando a Lei de Acesso à Informação desde o ano passado, conseguimos respostas não-satisfatórias e com prazos que impossibilitaram que trouxéssemos aqui todos os indicadores que queríamos. Mas buscamos produzir sínteses para todos os temas com muito rigor.

- Os temas são: habitação, emprego, transporte, segurança, saneamento, saúde, educação, cultura, assistência social e gestão pública. O eixo de habitação, por exemplo, é muito simbólico, o utilizamos para trabalhar com outros eixos, como distribuição da renda, distribuição da população negra e feminina por domicílio, e o uso do solo (áreas edificadas, de vegetação e de

cultivo). Esses 4 indicadores que a habitação traz de forma direta simbolizam os valores que buscamos para outros eixos.

- Em emprego, olhamos a diferença da média salarial entre brancos e negros, homens e mulheres, e a proporção do emprego.

- Em transporte analisamos desde o peso da tarifa até a morte de pessoas negras. Ano passado publicamos um livro sobre isso, a partir da história de uma estudante negra da baixada fluminense que morreu no deslocamento para a universidade, a Joana Bonifácio. Falamos sobre violência sexual nos transportes, para além dos assédios e todas as tipificações de violências contra as mulheres. Há também a questão dos transportes ativos, em relação às pessoas que só na bicicleta ou na caminhada o seu meio de deslocamento.

- Segurança e letalidade, buscamos usar os mesmos recorte e não foi possível a mesma abordagem em todos os temas, por ausência de dados e falta de racialização desses dados. Mas por exemplo, produzimos alguns indicadores, como peso da tarifa, salas de cinema, com dados gerados pelos cidadãos. Os indicadores foram construídos utilizando dados oficiais publicizados e não-publicizados, e dados construídos com nosso olhar. Na segurança, ainda, produzimos um indicador de tiroteios, usando informações do Fogo Cruzado, que é uma parceira nossa que agrega dados produzidos pelos cidadãos.

- Em todos os temas temos dados intramunicipais, sabemos que esse é um esforço que vocês do IPP fazem e queremos entender como podemos levar isso para outros municípios.

- Começamos a apresentar o Mapa falando sobre a renda e sua distribuição territorial, é um indicador que abre os caminhos para conversar sobre as demais desigualdades e a pobreza de forma multidimensional.

Guilherme Braga: Esse é um mapa que quem está acostumado com análises espaciais vai entender com facilidade. Olhamos para a malha de setores censitários do Censo de 2010, corrigimos os valores de rendimento médio de pessoas com mais de 10 anos de idade para o ano de 2020, utilizando o IPCA. Fazemos cortes por faixa de renda e mostramos no mapa como está a distribuição de renda por domicílio na região metropolitana do Rio de Janeiro.

- O design em que os mapas são apresentados consiste em indicar no canto superior o eixo, o título do mapa, uma descrição mais técnica e um parágrafo curto que fornece uma leitura nossa dos dados, eventualmente apresentando uma informação que não pôde ser apresentada espacialmente, mas que faz sentido a partir de nossa análise. Sempre que possível comparamos os dados do Brasil, do estado do RJ e da região metropolitana e, por fim, apontamos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que conversam com o mapa. Em alguns mapas há uma nota técnica, que eventualmente explica uma escolha metodológica nossa que não é tão evidente.

Vitor Mihessen: Nosso objetivo é deixar a estatística traduzida ao máximo para ampliar nossas discussões. Também buscamos alinhar os mapas aos ODSs. A Agenda Rio 2030 é uma tentativa de territorializar esses objetivos globais, mas os adequando aos temas que nós e nossos parceiros espalhados pelos municípios enxergam como prioritários. São parceiros que constroem a Casa conosco, seja com seus trabalhos históricos ou com nossos cursos, fóruns, debates, nas formações e nos aportes financeiros ao Fundo Casa Fluminense. É uma metodologia que apoiamos, organizações que estão construindo agendas e mapeamentos locais na busca de produzir reflexões e debates de maneira cidadã, visando o enfrentamento das desigualdades. Tentamos alinhar os objetivos globais, nacionais, regionais e locais. O que os ODSs não alcançam tanto e é uma discussão central para o Brasil e Rio de Janeiro, é o enfrentamento do racismo estrutural.

- O mapa de distribuição da população negra no território vem logo em sequência ao mapa de distribuição da renda no território para explicitar que são bem parecidos e que isso não é coincidência. Fazemos isso para propor esse debate de maneira desenhada para quem não está convencido.

- O mapa de distribuição feminina é o terceiro mapa da publicação e faz parte desses 4 primeiros mapas que dão o tom e o olhar dos valores que temos na Casa e nas publicações. Há uma multiplicidade de quem produziu esses mapas e dos grupos que têm trabalhos históricos sobre esses temas. Esse processo de escuta aparece na escolha de nossos indicadores. Apesar das restrições, temos uma série de indicadores a escolher, que são decididos a partir de uma visão técnica e política, que diz quais números devem ser enxergados com maior profundidade para entendermos as dinâmicas das desigualdades nas regiões metropolitanas.

- O mapa de uso do solo é o último dessa seção de 4 mapas que. Mostramos que é imprescindível olhar para a escala metropolitana entendendo que ela é uma conurbação, uma aglomeração consecutiva desde o porto do Rio em direção à zona oeste, mas também na direção da Baixa Fluminense. Essa continuidade na ocupação urbana diz muito sobre nossa necessidade de falar de uma região metropolitana e não ter um olhar restritivo ao município ou a uma área, como a zona central ou da zona sul do município do Rio. A zona sul e centro de Niterói, por exemplo, em comparação com as demais áreas, concentra mais da metade dos postos formais de trabalho, ao passo que não concentra nem 1/5 da população da cidade.

Vitor Mihessen: Essa dissociação entre o emprego e a moradia faz a gente ter na mobilidade o principal viés para falar das desigualdades, mas entendendo também a mobilidade para além dos transportes, pensando desenvolvimento local e as centralidades que precisam ser fortalecidas nos demais municípios.

- Nós estávamos avaliando a necessidade que a gente tem de ter indicadores intramunicipais. Nos saneamentos, por exemplo, só existem indicadores municipais e, desde o mapa de 2017, a gente usou indicadores do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), que são indicadores fornecidos pelas empresas, ou seja, existe a questão da transparência, da efetividade das estatísticas. Inclusive, nós fizemos uma parceria com o pessoal da Maré para o projeto CocôZap, que é uma iniciativa de trabalhar saneamento de forma local e com geração cidadão de dados, por meio de fotografia via whatsapp, de lixo acumulado e de esgoto a céu aberto. Esse projeto – feito com ajuda do Redes da Maré e do Data Labe – tinha como objetivo contrastar os dados que o SNIS apresentava, como, por exemplo, o de 92% de coleta e tratamento de esgoto no Complexo da Maré.

Guilherme Braga: O que a gente percebe, por exemplo, é que esses dados de saneamento, tanto abastecimento de água, tratamento de esgoto e a coleta seletiva, embora eles estejam apresentados de maneira agregada com uma limitação da disponibilidade do dado, também vai ter uma diferença bastante grande dentro do município. E, eventualmente, os dados de 2010, que são dados do Censo, vão mostrar isso, mas se a gente precisar de dados mais recentes a gente não consegue ver essas diferenças que só o Censo consegue traduzir. A gente tem uma série de dados em outros eixos e o Censo é nossa única fonte que consegue colocar uma lupa no ponto de vista intramunicipal.

Vitor Mihessen: Chamando atenção para o saneamento, para o trabalho do CocôZap, é importante pensar em como existe uma restrição na abordagem, não só dos números mas da efetividade das políticas para territórios de favela e periferias. Essa ausência desses recortes menores vão falar também sobre as dificuldades de provisão do serviço em áreas que não estão mapeadas e não estão, às vezes, dentro do escopo de contrato de alguns municípios e do próprio Rio de Janeiro, que teve essa experiência aqui na AP5. Então, não ter esses indicadores fala muito sobre alguns conceitos que a gente tem discutido com o Data Labe, como o racismo ambiental. Esses eixos também são direitos sociais básicos como o Art.6º diz na Constituição. Então, o saneamento tem essa dinâmica de ser serviço público, mas ser concedido para empresas privadas. Por isso, a gente tem essas questões em relação à transparência e inclusive à participação na decisão, que são características das gestões públicas, mas que são mais dificultadas quando o serviço é concedido.

- Nós vamos falar agora sobre Saúde e Educação. Saúde foi o dado que a Imprensa mais chamou atenção, mais especificamente a idade média em que as pessoas morrem por município da Região Metropolitana do Rio. Em seguida, a gente faz a diferença dessa média conforme a raça. A gente fecha com os dados de pré-natal e dos leitos hospitalares.

Guilherme Braga: Eu quero fazer uma observação sobre esse mapa, porque é bastante comum que haja confusão com esse número e com o número de expectativa de vida. Só para deixar claro, esse número não é expectativa de vida. A gente pega os dados do TabNet, do DataSUS, e a gente olha todas as pessoas residentes naquele território, seja município, RA ou bairro, tira a média da idade dessas pessoas quando elas morreram. A partir disso que a gente chega nesse número. Nós vamos ter uma influência muito grande dos óbitos por causas externas, que eventualmente vão reduzir essa idade média com que as pessoas morrem e, no caso do Rio de Janeiro, a gente certamente está falando de letalidade violenta. Eu chamo atenção para o Rio de Janeiro, onde o bairro com a menor idade média ao morrer foi a Rocinha, 52 anos de idade. A maior idade média ao morrer foi no bairro de Ipanema, onde as pessoas morreram em 2018 com uma média de 81 anos de idade. Uma diferença de praticamente três décadas numa distância de menos de dez quilômetros.

- Vitor Mihessen: Aí a gente faz esse dado ser racializado, que mostra que entre a população negra essa média é ainda menor. No eixo de segurança, a gente também racializou o dado de letalidade policial para mostrar em diversos municípios que a totalidade das mortes por policiais são de pessoas negras.

- Educação é um dos eixos que a gente também não conseguiu abordagem intramunicipal. Nosso principal olhar nesse eixo é a evasão escolar, que tem várias faces, como turma lotadas, que a gente acredita ser um dos principais fatores para além dos outros eixos: quem precisa sair do município para trabalhar, quem precisa trabalhar e estudar, etc. Mas aqui, interno à Educação, a gente avaliou turmas lotadas, falta de vagas em creches. A gente fala também de indicador de infraestrutura, que tem a ver também com merenda.

- Na Cultura, que eu acho que é um desafio, a gente tem muita rede com produtores e produtoras. Foi um esforço que a gente fez para criar esse eixo, já que no início da Casa só existiam os eixos de Segurança, Mobilidade e Saneamento. Saúde, Educação, Cultura e Assistência Social são eixos novos que a gente está abrindo de forma separada pela primeira vez no mapas e na Agenda Rio. Nesse de Cultura a gente fez um esforço porque há sempre uma demanda sobre o fomento, como está distribuído o fomento dentro das capitais, os editais, as dinâmicas orçamentárias e de financiamento para a Cultura, para além dos equipamentos e dos eventos.

Guilherme Braga: Esse é o Siconfi, um sistema federal que vai reunir dados sobre orçamento. Não é um sistema fácil, a gente levou um tempo para decifrá-lo. A gente também vai trazer um dado sobre a receita corrente líquida per capita para entender qual é a disponibilidade orçamentária de cada município, mas a gente não conseguiu olhar para dentro dos municípios. Essa é uma demanda que aparece com alguma frequência: entender de que forma esse orçamento é gasto de maneira especializada, já que as prefeituras estão colocando recursos dentro de seus territórios.

Vitor Mihessen: Na Cultura, a gente fala de museus também e nessa perspectiva da preservação da memória, de salas de cinema...

Guilherme Braga: Esse de salas de cinema a gente faz com base nos dados da Ancine e aí a gente vai rebater para ver se eles estão corretos. Esse eixo oceânico da Região Metropolitana, que parte do Recreio até Niterói, tem menos de 20% da população mas tem praticamente metade das salas da Região Metropolitana. Outra observação que a gente faz ao olhar para esse mapa é que você consegue sair de Seropédica e ir até Maricá sem passar nem perto de uma sala de cinema.

Vitor Mihessen: Por isso, nós chamamos , atenção sobre os dados de Cultura não ficarem restritos apenas aos equipamentos, já que a Cultura é produzida cotidianamente.

Jailson de Souza e Silva: A gente vive no Brasil, com esse quadro de desigualdade absurdo, e a pandemia está revelando mais ainda esse processo. É interessante também pensar se a deveria fazer a classificação das mortes pela pandemia a partir do nível de renda e também da cor da pele para vermos como ela se torna também uma forma perversa de se mostrar essa desigualdade. Precisamos de um grau de articulação de políticas públicas na região metropolitana para o IPP pensar como um centro de planejamento de políticas para a região. Precisamos entender também que o RJ é muito mais do que a capital e muito mais do que uma das maiores cidades.

- Pensamos a cidade a partir de três elementos fundamentais: o primeiro é a questão de acesso aos equipamentos urbanos; o segundo é o acesso a serviços urbanos e o terceiro acesso é a renda. Dessa maneira, reduzimos muitas vezes a cidade a condição do consumidor. Os bons lugares da cidade são onde as pessoas têm mais acesso a equipamentos, a serviços e renda. Mas onde que seriam as não-cidade? exatamente aquelas que não têm esse direito. Quando a gente trabalha essa perspectiva tendemos a ter uma visão de cidade profundamente reducionista, pois não trabalhamos outros índices fundamentais e necessários da vida urbana. A pandemia está revelando um grande grau de solidariedade nas favelas e periferias do RJ e um grande grau de mobilização da ação jovem e negra, por exemplo. E isso, dificilmente, ocorre nos bairros mais ricos da cidade. Existe um problema se a gente não trabalhar com indicador de sociabilidade e convivência, pois são indicadores fundamentais para vida urbana e social, em que certamente as favelas e periferias teriam indicadores muito superiores aos indicadores dos bairros mais ricos da cidade. Precisamos levar em conta que a cidade é muito mais do que acesso a serviços e equipamentos e renda. Temos que pensar o cidadão como uma perspectiva de ter outros direitos. O direito de ter o acesso a brincar na rua, por exemplo, é muito mais indicativo nas favelas e periferias, apesar da ação policial muitas vezes prejudicar esse elemento, do que nos bairros mais ricos. A sociabilidade dos idosos é muito maior nas favelas e periferias do que nos bairros mais ricos, assim como muitos outros elementos fundamentais da vida coletiva. Trouxe isso para que quando a gente comece a discutir índices de desigualdade, comecemos a incorporar outros elementos inerentes à vida urbana para que então consigamos produzir novas formas de pensar a vida para além da dimensão do consumo.

Guilherme Braga: Os dados de média ao morrer são de 2018. São dados que coletamos com a Secretaria Estadual de Saúde e com a Secretaria Municipal de Saúde. A gente evitou por uma questão metodológica entrar em dados da pandemia, pois são dados não consolidados. Os dados mais recentes que temos, por exemplo, são dados de famílias atendidas por CRAS, temos o de fevereiro e é atualizado com bastante frequência, mas decidimos parar em 2019, para não entrarmos em 2020 e não pegar a pandemia. Fizemos essa opção. Usamos quase todos de 2018 e 2019 e não usamos dados da pandemia para termos um retrato dessa realidade na região metropolitana que são desigualdades estruturais, de fato agravadas com a pandemia, mas que estão presentes há muito tempo.

- Sobre o peso da tarifa, a gente está considerando o peso da tarifa do município. Entendendo que há um limite metodológico nisso, pois as pessoas que estão dentro da capital, nos municípios no entorno, têm uma dependência forte com ônibus intermunicipal. Em algumas cidades sabemos que o ônibus intermunicipal acaba servindo mais que o municipal, mas de toda forma, como estamos fazendo um mapa também de 2020, que é um ano de eleição municipal, quisemos também pautar essa questão de como é a tarifa dentro dos municípios e nesse processo de coleta de dados foi interessante perceber como certos municípios e prefeituras não têm controle sobre o valor dessa tarifa. Chegamos a ligar para algumas secretarias municipais de transporte e os servidores responderam dizendo que não sabiam e que era para ligar para as empresas de ônibus para saber. É uma falta completa de controle de como está o transporte na cidade.

- Esse dado da coleta seletiva é um dado que entra no mapa como uma provocação, é um dado fornecido pelas próprias prefeituras e comentamos que não há uma auditoria, mas incluímos esse dado para que as pessoas desses municípios consigam ver o que as prefeituras estão dizendo que fazem e possam entender e fazer um debate dentro dessas cidades se aquilo de fato existe ou não.

Sérgio Besserman Vianna: Complementando o que o Jailson levantou, as estatísticas e os registros administrativos não são feitos para capturar esse tipo de realidade no Brasil, mas é possível analisar experiências realizadas em outros lugares, e tentar pegar nos registros e nas estatísticas das pesquisas domiciliares alguma coisa. De qualquer forma, acho que uma das grandes lacunas de informação e estatística no Brasil, poderia ajudar as pesquisas de uso do tempo. Pesquisas direcionadas feitas regionalmente. Elas podem ter recortes de grupamento etário e territorial. Uma pesquisa de tempo em um território comunitário, em favela, comparada a pesquisa de tempo com um ou dois bairros qualquer selecionados, já revelaria muita coisa. Então pesquisas do tempo são sempre necessárias continuamente. Talvez elas se tornem mais baratas.

- O censo não foi realizado esse ano, mas isso não traz um grande prejuízo, pois a recomendação da Comissão Estatística da ONU que ele seja realizado com anos zero é com vista a comparabilidade. Como um grupamento enorme de países também não irá realizar a pesquisa em 2020, o nosso censo não vai perder.

Sérgio Besserman: Vocês contam aí com a Andrea e com o Nando Cavaleri, que foi o responsável por isso. Então, por exemplo, creio que nós somos a única cidade, capital em uma região metropolitana, que tenha uma informação sobre quantas pessoas vêm e saem da cidade do Rio de Janeiro todos os dias para estudar ou trabalhar. E essa informação, o Censo melhorou muito, passou a recolher mais coisa, mas ela não sai automaticamente do Censo, ela tem que ser produzida a partir dos seus dados. Como o Censo vai ser em 2021, a gente ganhou tempo. Mas especialmente ao IPP e à Casa Fluminense, um planejamento da utilização dos Censos, o acompanhamento. O questionário mudou, vai diminuir, etc. Mas começar um trabalho com o questionário, que já está praticamente definido, do IBGE para ver que tipo de trabalho extra vale a pena fazer para produzir dados como essa tabela de quantas pessoas entram e saem todos os dias do Rio de Janeiro. E, agora talvez seja possível até descobrir de que jeito. Acho que valia a pena se planejar para isso também para não ficar correndo atrás depois. Obrigado, pessoal. Abraço a todos.

Vitor Mihessen: Agradecer as reflexões. Sei que o Besserman participou com a Larissa ontem de uma live também. Em que ela apresentou os mapas. Então, sei que ele tem um privilégio em relação a ter visto mais mapas. Acho que você tocou em alguns pontos que a mim, particularmente, são muito caros por essa vida de morador de Realengo que estudava na Economia da Urca, da UFRJ. Desde de a escola, de ir para a Uerj, para o CAP. Então, o uso do tempo sempre foi minha vivência, esses sempre foram nossos temas de vida, a minha dissertação é sobre o uso do tempo. E, com relação ao transporte, né. Como as pessoas deixam de acessar direitos por conta das distâncias das oportunidades. Eu usei o do Censo e sei também que você faz uma defesa ampla da existência, sei que sofreu também com o período de ameaça da existência ou não da pesquisa e também sofreu com os cortes que ela teve. Eu não sei se vai ter a pergunta que eu usei sobre quanto tempo as pessoas levam para chegar ao seu local de trabalho, deslocamento casa/trabalho. Foi no Censo e na dissertação que originou esse número de dois milhões de pessoas que saem dos seus municípios para acessar oportunidades. Esse fluxo de dois milhões que a gente sempre brincou que é o equivalente ao réveillon de Copacabana. Tem alguns flertes com isso, por exemplo, quando a própria Prefeitura fez uma parceria com o Waze para fazer esse acompanhamento pelo COR de quanto é o gasto ali. Também, uma perspectiva de um aplicativo ou de uma geração cidadã de dados e informações on time. Sobre esse deslocamento, até pedi pro Guilherme, que a gente estava falando sobre a dissertação, eu tinha feito uma matriz de casa/trabalho dos municípios, mas eu fiquei sei lá quantos meses para fazer essa tabela, rodando micro dado do Censo ali no mestrado.

- Então, a gente sabe que não é trivial assim produzir e acessar esses números, mas que a gente fez um esforço, tem feito, aí falando de uma história pessoal, mas que tem muito a ver com a história da Casa também, sobre produzir essas informações. Até achei que você ia entrar no

tema das questões socioambientais. Acho que o Mandarino estava aí, acho que não está mais. Da dificuldade que a gente teve de fazer cruzamentos com a justiça socioambiental, de encontrar indicadores interessantes nesse sentido, a gente usa um ou outro. Tem o próprio transporte ativo, mas tem desastres ambientais, ficou um pouco restrita essa reflexão. E, é uma provocação que a gente se faz e faz esse questionamento também sobre acessar mais dados desses. Sobre faixa etária, a gente, inclusive, conversou com o Aruan, com a Raquel, o pessoal do Observatório sobre esse recorte da interseccionalidade passar pela questão etária, não só classe, cor e gênero. Mas aí é isso, de novo. Precisa de um recorte maior que a gente só conseguiu por Lei de Acesso à Informação, na maioria dos casos. Que isso seja a prática e não um pedido de novo recorte já que existe essa base, tem o registro. O Inspe é isso, para fazer o livro sobre mortes nos trens, que a gente lançou ano passado, a gente fez 18 pedidos para um indicador que existia na base das delegacias, sobre qual era a cor da pele das pessoas que foram a óbito. Que isso seja a regra e não a exceção de ter todas essas variáveis recortadas. O uso do tempo também tem relação com o que o Cascon falou do peso da tarifa. O peso da tarifa foi também meu foco na monografia, não só porque eu gastava muita grana, mas porque muitas pessoas deixavam de sair de casa ou produziam informalidade no mercado de trabalho próximo.

- Hoje, na pandemia, a gente tem discutido muito isso, desenvolvimento local, como as compras no comércio local, como ainda tem pessoas que estão nos transportes super lotados, que operam na lógica da tarifa e que fazem com que seja necessária a superlotação para que a receita do sistema seja alcançada pela frota que se oferece. Mas o mapa como um todo, aí eu já vou fechando aqui, para dizer que o direito de ir e vir é muito questionado nesse mapa, e o direito à vida. Acho que são dois direitos que a gente questiona muito. O do ir e vir tem muito disso, do gasto que as pessoas tem ou que comprometeriam, que a gente faz uma projeção também, caso viessem a gastar duas passagens de ônibus, quanto isso pesaria no seu orçamento. Essa que é a conta, tá bem explicadinho na nota técnica. Mas isso é um custo proibitivo, assim como o tempo é um custo proibitivo. E, a gente abrindo os perfis, é isso: mulheres negras, esse custo é mais proibitivo ainda no financeiro. Do tempo também.

- Mas a gente conta uma série de outras questões que impedem o ir e vir nessa metrópole. A gente fala de tiroteios, enchentes, das chuvas recorrentes todo ano. Até para pensar, não só o deslocamento ao trabalho, mas o deslocamento a escola, como o pessoal da Redes produziu. Quantos dias sem aula por conta de tiroteio, a gente soma com esses custos do transporte, com a má qualidade do serviço também. Tudo isso onerando a vida e nesses aspectos da sociabilidade que o Jailson muito bem colocou, que a gente vai se esforçar bastante para produzir indicadores e reflexões que deem conta do viver de maneira mais ampliadas que as estatísticas conseguem mostrar. Essa vontade também nossa de humanizar e trazer mais para a nossa geração de quem está ali vivenciando aquelas questões e pode trazer de reflexão, de visualização, de informação para que isso tenha mais alcance, seja mais compreensivo e reconhecido como um grande problema estrutural com esses recortes que a gente coloca.

Carlos Krykhtine: Pessoal, pela hora, tem a Pulici para fazer uma pergunta, tem o Nando e vamos fechar as inscrições, que a gente já está se aproximando do encerramento às cinco horas para o presidente fechar o conselho. Vou passar para a Pulici fazer a pergunta e depois o Nando.

Andrea Pulici: Eu não tenho uma pergunta para você, eu, na verdade, queria primeiro te parabenizar pelo trabalho, você acompanhou o desenho do IPS aqui com a gente, a dificuldade que a gente sempre tem de selecionar dados que tenham periodicidade, que sejam confiáveis, que respondam as perguntas que estão por trás dessa construção. Não é fácil o desafio que vocês se propuseram, é sempre muita delicada a escolha dos indicadores, vocês estão de parabéns. O Besserman levantou a questão da pesquisa de uso do tempo. Não sei se você lembra, Besserman, mas quando a gente fez o projeto Agentes da Transformação, nós tentamos fazer um caminho inteiro do uso do tempo voltado para a juventude, uma pena que a gente não conseguiu usar aquele dado para pensar política pública porque eles são, de fato, muito

reveladores, do uso do tempo do jovem em comunidade. Acho que essa sua sugestão é muito boa, ainda mais por faixa etária, pensando nas crianças, nos jovens e nos idosos, principalmente. Você pensar o uso do tempo é uma maneira de você trazer uma política mais para a realidade. A gente fez um primeiro experimento depois do Agentes da Transformação em escolas particulares e você vê que o uso do tempo o jovem da comunidade é completamente diferente do uso do tempo do jovem de classe média. Até por acesso a serviços, acesso à tecnologia, por exemplo, oportunidades, cursos, esporte, cultura, lazer. Enfim, é bem importante essa sua colocação. Depois eu posso passar para vocês, meninos, as perguntas que nós fizemos de uso do tempo, não é fácil, não é simples, é muita subjetiva a resposta, então tem que ter um treinamento para fazer a pergunta direito ou você acaba induzindo algumas respostas que não são a realidade. Vocês passam pelo mesmo problema que a gente, a gente aguarda a cada dez anos a atualização do dado do Censo. Para quando a gente trabalhar com intramunicípio, atualizar o seu denominador. Esse ano, na verdade, era o ano de atualização do IPS, a gente atualiza ele a cada dois anos. A gente estava com uma grande expectativa de fazer uma atualização já com dado do Censo 2020, ia deixar um pouquinho mais para o final. Como ele foi adiado para o ano que vem, a gente provavelmente só vai ter dado, de fato, para trabalhar em 2022. Então, a gente optou, como 75% dos dados são administrativos, de fazer uma atualização do IPS 2020 para a gente manter a periodicidade dele. Em 2022, a gente tenta fazer essa atualização com o Censo. E, a gente tem tentado muito, o Vitor já participou de algumas conversas nossas, o Valverde é um dos que sempre defende isso, pensar o IPS para a Região Metropolitana. Eu acho que isso traz à tona a importância do trabalho da Casa Fluminense porque não temos dados suficientes para os outros municípios para ter, por exemplo, o IPS. A gente teria que fazer uma adaptação das divisões intra de cada município desse, as prefeituras não tem essa política ou esse hábito de ter dados sistematizados. O que a gente tem no Rio de Janeiro, o que a gente tem em Niterói, a gente não tem para os outros municípios. Essa dificuldade que os meninos trazem de alguns dados que eles não conseguiram é a realidade dos municípios da nossa Região Metropolitana. Esse esforço de vocês traz à tona para esses municípios que eles precisam produzir dados administrativos para que eles possam ter políticas públicas mais assertivas. A gente não pode ficar dependendo o tempo inteiro do dado do IBGE para desenhar um plano estratégico ou um plano de ação de curto prazo. Parabéns, eu estou à disposição de vocês sempre, vocês sabem disso, a equipe toda aqui do IPP também.

Carlos Krykhtine: Vou passar logo a palavra para o Nando fazer a pergunta e o Cesar pediu aqui se podia colocar uma pergunta dele rápida. A gente faz a do Nando e do Cesar e o Vitor fecha com o comentário dele.

Fernando Cavallieri: Boa tarde. Parabéns, é muito importante ter uma instituição como a Casa Fluminense, que é não-governamental, mas que tem uma pegada muito séria e de participação grande com outros segmentos da sociedade. Pensando o Estado do Rio de Janeiro, a Região Metropolitana do Rio, o trabalho está muito bom. Eu queria fazer um comentário sobre a questão da rede urbana, esses estudos que sempre são feitos e são importantes. Da questão da influência das cidades, como é que se dão os fluxos entre as cidades em termos de busca de serviços, educação, trabalho, o que as cidades oferecem umas às outras e onde elas vão se prover dessas necessidades. Isso parece que é uma característica muito perversa no nosso modelo de desenvolvimento econômico, social, urbano, territorial, fazendo com que muitas cidades fiquem dependentes de polos centrais e exijam, portanto, deslocamentos muito grandes de pessoas em busca desses benefícios. Acho que isso é uma dimensão que eu sei que é difícil, o IBGE tem estudos sobre isso, a rede de influência das cidades, a estrutura urbana e talvez se pudesse incorporar algo a respeito. Muitas das variáveis que vocês levantaram, de indicadores, dizem respeito a isso, mas talvez possa ter algo mais sintético que mostre como isso se dá no interior da Região Metropolitana do estado. Obrigado.

Cesar: Parabéns para a apresentação do Vitor. Assisti uma parte, tive que sair, mas eu fiquei

bastante interessado na questão do tempo, uma coisa que o Besserman colocou também. Tem uma preocupação quanto as tarifas. É uma discrepância tão grande, eu não sei se a Casa Fluminense teria condições de analisar o quanto seria impactado porque muitas pessoas, por exemplo, se trocam o metrô pelo ônibus estão trocando 4,05 por 5 reais, é mais de 20%, é quase 25%. Como é que isso pode não impactar nesses dois milhões de pessoas. O trem, 4,70, o VLT, 3,80, as barcas, 6,50. É óbvio, com bilhete único pode ainda baixar um pouco, mas é uma bagunça essa questão das tarifas e quem, obviamente, esses dois milhões de pessoas, vai buscar o transporte mais barato. nem sempre o mais rápido, nem sempre o ideal. Por exemplo, ônibus e trem, o trem, de uma certa forma, ele é mais rápido e ideal, mas ele custa 0,65 centavos mais caro que o ônibus. Então, qual o impacto que isso tem no deslocamento. Ou seja, se fossem uniformes, integradas, modelo consórcio integrado e privado, que já é privado, então, nem desculpa é. Qual seria o impacto nesse tempo? Obrigado.

Guilherme Braga: Eu, Guilherme, vou começar, depois o Vitor pega aqui. Cesar, para começar nesse seu apontamento da bagunça, quando a gente decidiu fazer o mapa de peso da tarifa, a gente se propôs a pegar o valor da tarifa nos 22 municípios. A gente começa esse processo em meados de janeiro e não conseguimos reunir essas tarifas antes de maio, junho. Porque é absolutamente impossível conseguir o valor das tarifas nas cidades, então, a gente usou os artifícios maiores possíveis para pegar essas tarifas. Você traz um ponto interessante que é a escolha modal dada pela tarifa e eventualmente dada pela integração. E, essa forma de como as pessoas se deslocam na cidade e qualquer razão lógica da estrutura de transporte não vai se aplicar quando você tem que escolher no que você vai andar não pelo tempo, pelo conforto, mas pelo dinheiro. O Vitor comentou que nós dois somos da Zona Oeste e eu, vindo lá de Campo Grande para estudar na Urca, a gente fazia aquele caminho pelo ônibus na Avenida Brasil, levando duas horas, duas horas e meia, sendo que podia pegar o trem que levava uma hora. Só que é aquilo, ou você pega o bilhete único e paga 4,05 reais na viagem ou você pega um ônibus e o trem e dobra o seu custo. Ainda hoje, isso está dado na Região Metropolitana e de uma maneira muito perversa na vida das pessoas. Então, qualquer coisa sobre o tempo ou sobre escolha modal, vai ter que levar em conta isso. Esse debate que a gente faz na Casa Fluminense de como a gente olha a rede de transporte da Região Metropolitana e como a gente vai sair dessa lógica em que a única do serviço de transporte por ônibus é o lucro e como a gente vai conseguir construir um sistema de transporte que realmente funcione para as pessoas, para todo mundo. Esse é um debate que a gente já fazia e agora ele se impõe no momento da pandemia, que é um momento em que pela primeira vez as empresas percebem que depender só da tarifa não está adiantando. Então, agora a gente vê o surgimento do debate de outras formas de remuneração e esse é um tema que a gente vai ter que sentar, que a gente vai discutir. Certamente, é um tema que vai estar presente nesses debates da eleição municipal, mas também não para só no município, a gente também tem os atores estaduais. E acho que esse é um dos grandes desafios em matéria de transporte e mobilidade para os próximos anos.

Vitor Mihessen: Cesar, obrigado pela pergunta. A gente até produziu um paper sobre isso dentro também dessas reflexões que o Gui estava contando. Justamente, pensar que o transporte é esse acesso, no termo não só filosófico, mas físico, o acesso a direitos, acesso pela perspectiva do deslocamento. A gente está falando de um tema central, não à toa que em 2013 teve esse protagonismo, em 2015, é colocado como direito social básico, enfim. Mas isso é mais latente para quem mora mais distante, para quem tem na cor da pele, no gênero, como a gente coloca as violências sexuais no transporte, que até alguém comentou. Mas tem todos esses agravantes. O que o mapa anterior trouxe foi um indicador de uso do tempo que eu estava aqui lembrando também nessa colocação do Besserman. A gente usou quantas pessoas que gastam mais de uma hora, que era um indicador que trazia diretamente pelo Censo, dava para rodar fácil esse, e ele era um componente do IDH. Ele era um componente que reduzia o IDH do território se a população daquele território gastava mais de uma hora. Era um dos cento e vinte e poucos componentes, mas era um, e a gente trouxe no mapa anterior, não trouxe dessa vez para não

repetir porque não tinha o dado atualizado. Para entrar no comentário do Nando, a gente também trouxe na versão passada, um indicador de quanto as pessoas precisavam sair dos seus municípios para acessar o posto de trabalho, que a gente focou nos postos de trabalho, que era como o questionário do Censo permitia que a gente indagasse ali. Esse indicador também está no mapa. Como ele está em 2010, a gente não trouxe para esse mapa de novo por entender que ele já estava ali e que dava muito a dimensão, até pensando já no fechamento, o Guilherme falou um pouco disso também, sobre a capacidade de se fazer escolhas por essa população. A depender da região de moradia, da cor da pele, do gênero, das condições socioambientais que acessa. Mas é isso, ele fala que o desenvolvimento de um território responde pela capacidade das pessoas de fazerem escolhas sobre seus modos de vida, sobre seu modo de se deslocar ou não se deslocar, sobre o equipamento, o direito, o benefício que quer, o desejo que tem de realização nas cidades. Dessa reflexão que a gente parte todo esse trabalho, entendendo que mais desenvolvido é aquele território em que as pessoas podem fazer mais escolhas. No final das contas, é esse. Enfim, essa reflexão da rede urbana é muito interessante para pensar isso, a gente tem conversado sobre redes urbanas e a gente quer produzir alguma coisa nisso. Já teve o movimento na Covid, agora, pensamento nisso. O pessoal do Observatório também fez um mapeamento interessante sobre letalidade, sobre o isolamento. Eu acho que é super pauta, assim como o uso do tempo, a rede urbana e o recorte metropolitano. Até agradecer a Andrea nessa parceria aí também. E dizer, sobre o IPS Metropolitano, enfim, ainda bem que foi você quem falou, Andrea, não foi nem a gente que falou. Se vocês forem, a gente está junto, só para chancelar aqui, reafirmar isso que a gente já tem falado há um tempo. Valverde sabe bem dessa nossa vontade de pensar nisso, acho que o mapa é um esforço mesmo nesse sentido. Então, obrigado pela atenção de vocês, pelo espaço, pelo convite para estar nesse Conselho tão frutífero, tão bom de trocar.

Paulo César Amendola: Nos resta agora agradecer ao nosso Vitor, da Casa Fluminense, com sua equipe, que nos ajudaram bastante para dar uma ilustrativa palestra, uma rica palestra. E, eu confesso que aprendi bastante. Agradecer também aos ilustres membros do Conselho Estratégico de Informações da Cidade, os nossos caros profissionais do IPP, sempre presentes nessas reuniões que são marcantes. E, também, aos colegas que foram convidados especialmente para assistir esse Conselho Estratégico de Informações da Cidade. Desejamos boa tarde a todos e com os agradecimentos, mais uma vez, aos nossos colegas da Casa Fluminense que vieram nos brindar com essa exposição rica em ensinamentos para nós.

O presidente do IPP, Paulo Cesar Amendola, depois de agradecer aos presentes, encerrou a reunião do Conselho Estratégico.

A Assessoria de Comunicação tomou notas e elaborou esta Ata, que será assinada pelos conselheiros presentes. Eventuais correções serão encaminhadas pelos conselheiros e constarão da ata da próxima reunião do Conselho.